



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

Ofº n.º 9799/MAP – 16 Novembro 2010

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência

S/comunicação de

N/referência

Data

ASSUNTO: RESPOSTA À PERGUNTA N.º 2561/XI/1ª

Encarrega-me o Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 6016 de 15 do corrente do Gabinete da Senhora Ministra da Saúde, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Luís Guimarães de Carvalho

MO



MINISTÉRIO DA SAÚDE

GABINETE DA MINISTRA

Exmo. Senhor
Dr. Luís Guimarães de Carvalho
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Ministro dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

**ASSUNTO: Pergunta n.º 2561/XI/1ª de 26 de Abril de 2010 do Senhor
Deputado João Semedo do BE
- Ajudantes técnicos de farmácia – registo de prática ilegal**

No sentido de habilitar o senhor Deputado João Semedo do BE, com a informação solicitada, cumpre-me informar V. Exa. do seguinte:

Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 320/99, de 11 de Agosto, foram aceites 2394 pedidos de registo de prática de ajudantes técnicos de Farmácia pelo INFARMED, I.P..

O INFARMED, I.P., enquanto autoridade competente quanto à profissão regulamentada de Ajudante Técnico de Farmácia (Decreto-Lei nº 242/96, de 18 de Dezembro), continuou a aceitar o registo de prática nos termos do Decreto-Lei 48547, de 27 de Agosto de 1968, Portaria nº 367/72, de 3 de Julho, com base nos seguintes fundamentos:

- Com a entrada em vigor do DL nº 320/99, de 11 de Agosto, que regula o acesso às profissões de diagnóstico e terapêutica, suscitou-se a dúvida de saber se o regime jurídico do registo de prática teria, ou não, sido revogado tacitamente por este diploma.
- O INFARMED, I.P. entendeu que assim não é, por várias razões, entre as quais avultam várias inconstitucionalidades ôrganico-formais e materiais e o facto do próprio diploma ressaltar da sua aplicação os subsectores dotados de controlo próprio, como parece ser o caso vertente.
- A regulamentação das profissões técnicas de diagnóstico e terapêutica teve início em 1993, através do DL nº 261/93, que veio criar determinadas condições, previstas no artigo 2º, para o exercício das chamadas actividades económicas: a posse de um curso legalmente instituído, ou seu equivalente



MINISTÉRIO DA SAÚDE

GABINETE DA MINISTRA

legal, ou a posse de carteira profissional nos casos em que esse regime subsistia ainda (caso da área de farmácia).

- Na farmácia vigorava o regime de registo de prática, segundo os termos previstos nas Portarias nº 367/72, de 3/7, nº 485/78, de 24/8, nº 712/87, de 19/8 e nº 234/90, de 30/3, para os auxiliares ou colaboradores do farmacêutico, também chamados ajudantes de farmácia.
- Com a publicação do DL nº 320/99, que veio elencar as 18 profissões técnicas de diagnóstico e terapêutica, de entre as quais o técnico de farmácia, surgiu a questão de saber se poderiam continuar a subsistir os regimes de carteiras profissionais, ou se, pelo contrário, esses regimes apenas vigoravam para salvaguarda dos que se encontrassem à data, em funções nas farmácias de venda ao público.
- E a questão derivava do facto de não se encontrar ali prevista a figura do ajudante de farmácia, o que poderia levar a concluir, que o diploma apenas cuidava da profissão de técnico de farmácia, permitindo a manutenção de outras profissões regidas por carteira profissional e não sujeitas à disciplina do referido diploma.
- Assim, o INFARMED entendeu que as profissões de ajudante de farmácia e de técnico de farmácia são diferentes, e que as farmácias de venda ao público podem continuar a admitir pessoas para o exercício de funções auxiliares do farmacêutico, com base nas portarias de registo de prática dos ajudantes de farmácia.
- De facto, não se vê objecção a que nas farmácias de oficina possam co-existir Farmacêuticos, Técnicos de Farmácia, Ajudantes Técnicos de Farmácia, Ajudantes de Farmácia e Praticantes. Parece-nos, aliás, que é a única forma sensata de conciliar os legítimos direitos e interesses de todos aqueles profissionais.
- Assim, os ajudantes de farmácia regulavam-se pela legislação que especificamente se lhes dirigia (nomeadamente, os artigos 97º e 98º do Decreto-Lei nº 48547, de 27 de Agosto de 1968, e demais legislação aplicável – por último Portaria nº 926/95, de 1 de Julho), enquanto os Técnicos de Farmácia – e aqueles outros que sejam beneficiados pelo respectivo regime transitório – se regeriam pelo Decreto-Lei nº 320/99, de 11 de Agosto.



MINISTÉRIO DA SAÚDE

GABINETE DA MINISTRA

- Este entendimento permite compatibilizar o direito de acesso a Técnico de Farmácia, por quem reúne condições para tal – nos termos do DL n.º 320/99, de 11 de Agosto – com a liberdade de exercício da profissão por parte dos Ajudantes de Farmácia.
- Por outro lado, não se pode considerar que o DL n.º 320/99, de 11 de Agosto revogou tacitamente o regulamento da carteira profissional de ajudante de farmácia porque, por um lado não se verificam os pressupostos do artigo 7.º, n.º 2, do Código Civil e, por outro, não ocorreu uma revogação nos termos das disposições conjugadas dos artigos 2.º, n.º1 e 8.º, n.º1 do DL n.º 358/84, de 13 de Novembro.
- Acresce que, de acordo com o DL n.º 242/96, de 18 de Dezembro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 92/51/CEE, com alterações introduzidas pela Portaria n.º 1509/2004, de 31 de Dezembro, o INFARMED é a autoridade competente para reconhecimento de formações profissionais para o acesso ou o exercício da profissão de Ajudante Técnico de farmácia, em Portugal.
- De facto, a Directiva 92/51/CEE, veio estabelecer um sistema de reconhecimento de formações profissionais, do nível do ensino pós-secundário, secundário e básico, destinado aos cidadãos, qualificados para o exercício de uma profissão num determinado Estado-Membro, que pretendam exercê-la num outro Estado-Membro, onde a mesma esteja regulamentada. Ou seja, qualquer Estado-Membro de acolhimento em que determinada profissão esteja regulamentada, deve tomar em consideração as habilitações adquiridas noutro Estado-Membro apreciando se essas habilitações correspondem às que ele próprio exige.
- Esta Directiva foi transposta para a ordem jurídica portuguesa através do Decreto-Lei n.º 242/96, de 18 de Dezembro e alterada pelo Decreto-Lei n.º 289/98, de 17 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 359/98, de 18 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 328/2000, de 22 de Dezembro.
- Ora, no anexo I do Decreto-Lei 242/96, surge, como profissão regulamentada, o Ajudante ou Ajudante Técnico de Farmácia, sendo o INFARMED, a autoridade competente para reconhecimento de formações profissionais para o acesso ou exercício da profissão.



MINISTÉRIO DA SAÚDE

GABINETE DA MINISTRA

- Desde a data da elaboração daquele diploma e da listagem das profissões regulamentadas, foram introduzidas várias alterações, quer quanto ao número de profissões regulamentadas, quer quanto às entidades competentes para a análise e fiscalização do acesso e exercício da actividade profissional, sendo a última actualização de 31 de Dezembro de 2004 (Portaria 1509/2004).
- Facto é, que a profissão de Ajudante Técnico de Farmácia continuou a constar da lista de profissões regulamentadas existentes em Portugal. E assim sendo, o INFARMED está vinculado a aceitar o acesso e exercício da profissão a quaisquer cidadãos, qualificados para o exercício da profissão de ajudante de farmácia num determinado Estado-Membro, que pretendam exercê-la em Portugal, desde que as suas habilitações correspondam às exigidas no território nacional.
- Deste modo, se a profissão continua a existir para os cidadãos oriundos de Estados-Membros da União Europeia, necessariamente existirá também para os cidadãos nacionais.
- Aliás, nenhum país da Comunidade Europeia pratica um regime jurídico igual ou semelhante ao que está contemplado no DL nº 320/99, de 11 de Agosto. Os auxiliares do farmacêutico constituem uma profissão reconhecida em toda a Europa.
- Nestes termos, o INFARMED, I.P. considerou inaplicável aos ajudantes de farmácias do sector privado o regime resultante do DL nº 320/99, de 11 de Agosto, com a consequente manutenção em vigor, quanto aos ajudantes de farmácia, do regime do registo de prática.

O Decreto-Lei nº 307/2007, de 31 de Agosto revogou os artigos 97º e 98º do Decreto-Lei nº 48547, de 27 de Agosto de 1968, a Portaria nº 367/72, de 3 de Julho, na sua redacção actual, e o Decreto-Lei nº 242/96, de 18 de Dezembro, que regulamentavam o regime jurídico dos ajudantes de farmácia.

Desta forma, a partir de 30 de Outubro de 2007, data da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 307/2007, de 31 de Agosto, não foram aceites novos processos de registo de prática pelo INFARMED, I.P., uma vez que o seu regime foi expressamente revogado.



MINISTÉRIO DA SAÚDE

GABINETE DA MINISTRA

No que se refere à situação das pessoas que estavam a registar prática aquando daquela revogação, está em estudo a regulamentação do certificado de aptidão profissional de auxiliar de farmácia.

No que se refere à existência de cursos de auxiliar de farmácia e a oferta da prestação de serviços de técnicos auxiliares de farmácia, cumpre-nos referir que as atribuições do INFARMED, I.P. nesta matéria são apenas as que resultavam dos artigos 97º e 98º do Decreto-Lei nº 48547, de 27 de Agosto de 1968, da Portaria nº 367/72, de 3 de Julho, do Decreto-Lei nº 242/96, de 18 de Dezembro, e da Portaria nº 1509/2004, de 31 de Dezembro, hoje revogados pelo Decreto-Lei nº 307/2007, de 31 de Agosto.

Não é portanto, da competência daquele Instituto o reconhecimento de cursos, nem o controlo da legalidade da informação prestada pela Escolas que os ministram.

A verificação das habilitações dos profissionais do quadro não farmacêutico nas farmácias de oficina é efectuada pela inspecção do INFARMED. Essa verificação é efectuada pela análise dos registos de formação contínua, interna e externa desses profissionais relacionada com a sua actividade desenvolvida na Farmácia, como por exemplo: conferência de encomendas, arrumação de medicamentos, aconselhamento na venda de produtos cosméticos e puericultura.

Durante o ano de 2009 a inspecção do INFARMED não verificou a existência de pessoal não devidamente qualificado na dispensa de medicamentos ao público, pelo que não foram por isso instaurados processos de contra-ordenação social às farmácias de Oficina relativos a este tipo de infracção.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

António Mendes